Subir o morro atirando não é política de segurança

O problema da violência retratada pelo filme *Tropa de Elite* se deve à política de segurança pública adotada pelo estado do Rio de Janeiro. O rigor nas ações policiais não pode ser o de subir favela atirando a esmo. A afirmação é dos debatedores que participaram do debate *Tropa de Elite: Limites da ação do Estado*, promovido pelo Instituto de Advogados Brasileiros (IAB). Além de avaliarem os temas tratados no filme, os debatedores criticaram a política estadual de combate à criminalidade a apresentaram algumas soluções. Para eles, o estado precisa equipar e treinar os policiais.

Segundo o antropólogo Antônio Rangel Bandeira, para quem o filme deforma a realidade, falta eficiência e inteligência à Polícia. Para Rangel, a Polícia não pode estar acima da lei, pois PM que é autorizado a matar, também é a roubar.

“Temos a pecha de que os Direitos Humanos defendem o bandido. Mas o que defendemos é a dignidade”, afirmou a presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB fluminense, Margarida Presburguer. Para a advogada, o secretário de Segurança Pública do estado, José Beltrame, não está preocupado com a vida da população ou dos policiais. “Polícia não é Exército”, afirmou Ester Kosovski, do IAB. Segundo Kosovski, a primeira deve ser formada para defender o cidadão, enquanto o segundo é treinado para matar em defesa do país.

Visão da PM

Segundo o ex-corregedor interno da PM, coronel Paulo Ricardo Paul, o filme divide a corporação em duas: a convencional, inoperante e corrupta, e outra efetiva, mas que tortura, representada pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope). “O filme passa para a população uma PM que não existe”, afirmou.

Paul também explicou o motivo pelo qual a PM entrou com ação de danos morais e para impedir a exibição do filme *Tropa de Elite*. Segundo ele, o livro *Elite da tropa*, que deu origem ao filme, foi assinado por dois oficiais. Com isso, segundo Paul, o livro ganha a visão de dois especialistas, que passam a ser formadores de opinião. Ele reiterou que a corrupção na PM se dá de forma isolada.

O coronel informou, ainda, que um policial ganha cerca de R$ 30 por dia. “Enquanto não se investir no profissional, não teremos segurança pública”, afirmou. O coronel Vidal da Silveira Barros afirmou que a tortura não faz parte do ensino nem da doutrina da PM.

Os debatedores concordaram em assinar um manifesto contra a política de segurança pública a ser enviado ao governador do Rio, Sérgio Cabral. Apesar de o filme ter estreado há cerca de cinco meses e ter sido muito debatido antes mesmo de ser apresentado no cinema, a sessão promovida pelo IAB contou com a participação de advogados e estudantes. O instituto pretende promover sessões de filmes seguidas de debates sobre temas atuais.

Date Created
15/03/2008

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.